

# Relatório de Gestão

## Ano 2017

### INTRODUÇÃO

#### Enquadramento Legal

Compete ao Executivo Municipal apresentar, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro designado “POCAL”, na sua redação atual, os **Documentos de Prestação de Contas do Município e o Relatório de Gestão**, cabendo à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação em conformidade com o disposto na alínea l) do n.º2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Os Documentos de Prestação de Contas são elaborados conforme estabelece a Resolução n.º 4/2001 – 2ª Secção – Tribunal de Contas, de 12 de julho de 2001, que aprovou as Instruções n.º 1/2001, para a organização e documentação das contas das Autarquias Locais e Entidades equiparadas abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, publicadas no Diário da República, II Série, n.º 191, de 18 de Agosto de 2001, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º6/2013 – 2ª Secção.

Um dos documentos de prestação de contas obrigatório, referido na resolução, com o número 28 é o Relatório de Gestão.

O Relatório de Gestão tem uma finalidade complementar; e é elaborado, no sentido de disponibilizar um conjunto de elementos de carácter económico, financeiro, funcional e social, que ajudem a uma melhor compreensão da atividade desenvolvida pelo Município no ano a que o mesmo se refere.

O Relatório de Gestão é elaborado nos termos do ponto 13 do POCAL, considerando, nomeadamente, os seguintes aspetos:

- a) A situação económica relativa ao exercício, analisando em especial, a evolução da gestão nos diferentes sectores de atividade da Autarquia, designadamente no que respeita ao investimento efetuado, principais custos de funcionamento, custos e proveitos diversos;
- b) Uma síntese da situação financeira da Autarquia Local, evidenciando saldos de tesouraria e os limites de endividamento;
- c) Uma síntese da evolução das dívidas da Autarquia na perspetiva de curto, médio e longo prazo;
- d) A proposta para aplicação dos Resultados.

## **Enquadramento Específico**

Em 2017 foi possível começar a desbloquear alguns dos financiamentos previstos e com isso, colocar no terreno algumas intervenções anteriormente programadas. As grandes opções do plano do Município para 2017 eram ambiciosas no sentido de que para além das obras que pretendíamos lançar com recurso aos fundos próprios e a financiamento bancário a contratualizar, como sejam a obra do Lar de São Miguel do Pinheiro, O Pavilhão Multiusos em Mértola, a repavimentação do CM 1096, os arrumamentos em São Miguel do Pinheiro e São João dos Caldeireiros, bem como a iluminação da Ponte sobre o Rio Guadiana. Para além destas intervenções, o arranque do novo quadro comunitário abriu outras possibilidades de concretizar investimentos que detínhamos em carteira, como seja o exemplo da recuperação do edifício denominado Casa Cor de Rosa, no centro histórico. Fruto ainda da grande capacidade da Autarquia em executar obras por administração direta, o ano de 2017 é um bom exemplo dessa realidade, pois para além das intervenções habituais ao nível da rede viária e dos arruamentos, concretizaram-se em 2017, por administração direta, um conjunto de obras significativas, como sejam, a requalificação da casa mortuária de Mértola, a requalificação da zona de lazer da achada de São Sebastião e ainda as intervenções levadas a cabo no estaleiro municipal, com a substituição das coberturas das oficinas.

## **Síntese da Atividade Desenvolvida**

Em 2017, o Município manteve e reforçou ainda em diversos aspetos todo o seu empenho na promoção e desenvolvimento do Concelho. Com essa aposta, foi possível melhorar os indicadores relativos ao Turismo. A agenda cultural que o Município implementou e que continua como uma forte aposta, leva a que mensalmente os eventos se sucedam, sempre com uma qualidade redobrada e com isso consegue-se diversificar a oferta e potenciar o aumento do número de visitantes.

De entre as iniciativas que mais se destacaram, surge desde logo mais uma edição do Festival Islâmico. Em 2017, o Festival Islâmico de Mértola, evento de referência no País, já por diversas vezes reconhecido e premiado, teve a sua 9ª edição, entre os dias 18 e 21 de maio. Foi sem dúvida mais um grande sucesso, e mais um momento alto de afirmação de Mértola como destino turístico de referência.

Nesta sequência, de referir ainda a realização de mais uma edição do Festival do Peixe do Rio, a XV, a XIX edição da Feira do Mel, Queijo e Pão e a VIII edição da Feira da Caça de Mértola que continua a crescer em quantidade e em qualidade e a merecer da parte de todos os que nos visitam enormes elogios.

No que respeita às grandes obras, em 2017, para além das intervenções que se iniciaram e que referimos anteriormente, concluíram-se outras importantes intervenções na sequência da estratégia de desenvolvimento económico-social do nosso Concelho e no reforço das infraestruturas, referimo-nos concretamente a mais um obra de saneamento básico e arruamentos, em João Serra, e o loteamento Habitacional em Mina de São Domingos.

Em termos globais, as ações concretizadas, por área de intervenção, totalizaram os seguintes valores, em euros:

Administração Geral	-	368.020€
Segurança e Ordem Pública	-	181.986€
Educação	-	498.415€
Ação Social	-	396.574€
Habituação e Serviços Coletivos	-	1.532.690€
Serviços Culturais e Recreativos	-	798.521€
Indústria e Energia	-	742.179€
Transportes e Comunicações	-	2.674.075€
Comércio e Turismo	-	1.575.468€
Administração Autárquica	-	115.649€
Parque Móvel	-	637.624€

## **RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA**

Neste capítulo do relatório de gestão pretende-se avaliar de forma detalhada o desempenho financeiro do Município ao longo do ano 2017.

Analisaremos de forma exaustiva a evolução das principais rubricas do orçamento da receita e da despesa, tendo sempre como referência por um lado, os valores previsionais, e por outro lado também os resultados alcançados no ano anterior, dando, sempre que se justifique, as explicações que se revelem necessárias para melhor compreender os desvios verificados.

Em termos globais o Município gerou no exercício de 2017 receitas no montante de 14.646.171€, tendo executado despesas no montante global de 15.941.510€.

Com a afetação do Saldo de Gerência transitado de 2016 no montante de 5.276.215€ a receita global ascendeu aos 19.922.386€.

Da relação destas variáveis apuramos um saldo para a gerência seguinte de 3.980.875€.

Após aprovação da conta de gerência de 2017, o saldo apurado irá permitir, através de uma revisão orçamental aumentar o orçamento municipal disponível de 2018, revisão essa que será presente aos órgãos competentes para aprovação em simultâneo com a prestação de contas.

Registrar como positivo, o facto de, em 2017, se ter conseguido executar despesa acima da receita arrecadada, no montante de 1.295.000€, e com isso começar finalmente a reduzir o saldo de tesouraria acumulado, que se trata ainda, efetivamente, de um saldo relativamente acima daquilo que pretendemos. Os indicadores apontam para que em 2018 essa tendência se mantenha.

A aplicação do saldo de gerência irá permitir dotar do ponto de vista orçamental projetos e ações cujos concursos já estão a decorrer, como sejam, a construção dos sistemas de Saneamento e Pavimentação em Alcaria Longa, Alves e Picoitos.

## COMPARAÇÃO ENTRE ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E O ORÇAMENTO EXECUTADO

No **Quadro 1** apresentamos de forma resumida o valor global da receita e despesa do ano, comparando o Orçamento inicial com o Orçamento final, dando simultaneamente conta dos valores globais da execução e os respetivos desvios relativamente ao que estava inicialmente orçamentado.

### Relatório de Execução Financeira

#### Quadro 1 - Orçamento Inicial, Final e Execução

DESIGNAÇÃO	Orçamento 2017			Desvio		Taxa de Execução (6)=(3)/(2)
	Inicial (1)	Final (2)	Execução (3)	(4) = (2)-(1)	(5) = (3)-(2)	
<b>RECEITAS</b>						
Correntes	12.400.686,00	12.468.352,28	12.390.918,12	67.666,28	-77.434,16	99%
Capital	2.315.812,00	2.572.105,72	2.233.310,50	256.293,72	-338.795,22	87%
Outras Receitas	1,00	5.276.216,26	5.298.157,95	5.276.215,26	21.941,69	100%
<b>TOTAL</b>	<b>14.716.499,00</b>	<b>20.316.674,26</b>	<b>19.922.386,57</b>	<b>5.600.175,26</b>	<b>-394.287,69</b>	<b>98%</b>
<b>DESPESAS</b>						
Correntes	8.856.011,00	11.522.671,60	9.515.027,23	2.666.660,60	-2.007.644,37	83%
Capital	5.860.488,00	8.794.002,66	6.426.483,55	2.933.514,66	-2.367.519,11	73%
<b>TOTAL</b>	<b>14.716.499,00</b>	<b>20.316.674,26</b>	<b>15.941.510,78</b>	<b>5.600.175,26</b>	<b>-4.375.163,48</b>	<b>78%</b>

Em termos globais, temos um orçamento que do lado da receita cobrada atingiu valores idênticos aos do ano anterior, ou seja, cerca de 14.600.000€, sendo que por sua vez do lado da despesa os valores executados, são muito superiores aos valores registados em 2016 em cerca de 2.813.594€.

O orçamento inicial de 2017 apresentava uma dotação na ordem dos catorze milhões e setecentos mil euros. Fruto essencialmente da introdução do saldo de gerência anterior, o orçamento final ascendeu aos vinte milhões e trezentos mil euros, o que reflete um acréscimo na ordem dos 38%.

Comparando a execução da receita e da despesa relativamente aos valores previstos no Orçamento final, obtém-se uma taxa de execução global de 98% do lado da receita e 78% do lado da despesa. Os níveis de execução apresentados em 2017, quer do lado da receita, quer do lado da despesa são superiores aos registados no final ano de 2016. Do lado da receita passamos de 96% para 98% e do lado da despesa passamos de 69% para 78%. Níveis de execução muito positivos, o que comprova o rigor que sempre defendemos quer na elaboração dos documentos previsionais quer na sua execução. A elaboração de orçamentos rigorosos que sejam vistos como verdadeiros instrumentos de gestão, o empenho e a ambição

que se coloca diariamente na sua concretização, são sem dúvida a melhor forma de comprovar os resultados obtidos.

A receita corrente apresenta uma execução de 99%, percentagens de execução a que já estamos habituados nesta componente, por sua vez a receita de capital que é sempre mais imprevisível, nomeadamente em função do impacto na gestão dos financiamentos comunitários, apresenta contudo neste ano, uma execução de 87%, que a manter nos próximos anos, seria sempre e em qualquer cenário uma excelente execução. Do lado da despesa, que atingiu uma execução global de 78%, o que traduz um muito bom desempenho, é de evidenciar a execução de 73% do lado da despesa de capital, que como se sabe depende de vários fatores, muitas vezes alheios à vontade do Município, o que muitas vezes hipoteca a sua boa execução. Este é sem dúvida um excelente desempenho que deverá servir de referência para os próximos anos, e que a ser melhorado, será sem dúvida motivo de satisfação.

### **MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS**

Em 2017 realizaram-se treze alterações e quatro revisões ao orçamento municipal e às grandes opções do plano. Comparativamente com o ano anterior realizou-se menos uma alteração e mais uma revisão. O número de alterações ao orçamento que habitualmente introduzimos aos documentos previsionais andam sempre entre as doze e as catorze, o que será sem dúvida um desafio a ter em conta, no sentido de melhorar este desempenho, tentando reduzir o número de alterações que executamos ao orçamento. Parece-nos sem dúvida que muitas das alterações possam ser evitadas melhorando um pouco alguns dos procedimentos internos e o planeamento interno também de algumas ações.

Na sua grande maioria as alterações elaboradas servem essencialmente para introduzir pequenos ajustamentos em determinadas rubricas de despesa ou ações do plano, em função dos valores previsionais que são disponibilizados e considerados nos documentos iniciais, sendo que isso não será fácil de evitar, uma vez que o hiato temporal que decorre entre a elaboração dos documentos e a concretização das ações origina muitas vezes estas situações, o que poderá ser evitado com um melhor planeamento é melhorando também os timings em que essa informação é disponibilizada aos serviços, e nesse sentido considerar numa única alteração alguns dos reforços que se revelem necessários para a programação por exemplo de um trimestre.

O ajustamento mais significativo, foi introduzido pela 2ª revisão ao orçamento aprovada em abril. Esta revisão, para além da introdução do saldo da gerência de 2016, permitiu reforçar algumas rubricas de despesa corrente que estavam subdotadas no orçamento inicial, permitiu ainda, compensar os ajustamentos necessários da componente de capital.

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Através da análise da execução do orçamento da receita e da despesa podemos verificar o montante total quer da receita arrecadada quer da despesa efetivamente paga, bem como os respetivos desvios face ao inicialmente previsto.

Para além desta informação é interessante analisar também, o peso de cada rubrica no total do orçamento, bem como o seu comportamento anual e ainda a sua evolução face ao ano anterior.

As disponibilidades financeiras do Município de Mértola na gerência de 2017 apuradas através da execução orçamental traduziram-se no seguinte resumo:

Saldo da Gerência de 2016		5.276.215,26€
Receita total cobrada na Gerência de 2017		14.646.171,31€
	<b>SOMA</b>	<b>19.922.386,57€</b>
Despesa efetuada na Gerência de 2017		15.941.510,78€
Saldo para a Gerência seguinte (2018)		3.980.875,79€

### Análise Global da Receita

As receitas totais no ano em apreciação ascenderam a 19.922.386€, sendo 62% de receitas correntes num total de 12.390.918€, e 11% de receitas de capital, no valor de 2.233.310€ e ainda 27% de outras receitas, no valor de 5.298.157€, que inclui o saldo da gerência e as reposições não abatidas aos pagamentos.

### Receita Corrente

Com uma execução de 99%, trata-se de um desempenho idêntico ao alcançado em anos anteriores, estamos sem dúvida com execuções de excelência, que só nos acrescenta maior responsabilidade, mas também a garantia de que orçamentos rigorosos traduzem sempre desempenhos meritórios.

Em 2017, foi possível arrecadar cerca de 12.390.000€ de receita corrente, valor semelhante ao arrecadado no ano anterior. A receita corrente arrecadada, como se sabe, deriva essencialmente das transferências do orçamento de estado, esta rubrica equivale a 81% do orçamento da receita corrente, num total de aproximadamente 10.000.000€. Por sua vez, quer os impostos diretos, quer a venda de bens e serviços correntes, com cerca de 6% de peso relativo cada, o que equivale a pouco mais de 1.300.000€, no total das duas rubricas, exemplificam bem a forma como o orçamento municipal depende essencialmente da distribuição de receita efetuado pelo Estado nas Autarquias locais, anualmente aprovada pelos orçamentos de estado.

Através da análise do **Quadro 2**, que apresentamos de seguida, é possível analisar quer a estrutura quer a execução da receita corrente da Autarquia.

#### Relatório de Execução Financeira

##### Quadro 2 - Receita Corrente 2017

RECEITAS CORRENTES	Orçamento Final	%	Receita Cobrada	%	Desvio	Taxa de Execução
Impostos Diretos	665.006,00	5%	687.739,09	5,6%	22.733,09	103%
Impostos Indiretos	1.148,00	0%	25.992,82	0,2%	24.844,82	2264%
Taxas, Multas e Penalidades	33.948,00	0%	170.132,73	1,4%	136.184,73	501%
Rendimentos de Propriedades	611.001,00	5%	531.512,73	4,3%	-79.488,27	87%
Transferências Correntes	10.249.657,28	82%	10.072.056,88	81,3%	-177.600,40	98%
Venda de Bens e Serviços Correntes	791.440,00	6%	695.099,97	5,6%	-96.340,03	88%
Outras Receitas Correntes	116.152,00	1%	208.383,90	1,7%	92.231,90	179%
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>12.468.352,28</b>	<b>100%</b>	<b>12.390.918,12</b>	<b>100%</b>	<b>-77.434,16</b>	<b>99%</b>

Da análise à estrutura da receita corrente confirma-se o que anteriormente se referiu acerca da dependência da Autarquia face às transferências correntes, mais propriamente face às transferências do orçamento de estado. Confirma-se também que a rúbrica de impostos diretos e a venda de bens e serviços correntes no seu conjunto representam sempre, aproximadamente 10% do total da receita, e que os restantes 10% estão distribuídos pelas outras quatro rúbricas do orçamento da receita.

Ao nível das execuções é possível comprovar a boa execução em todas as rúbricas, algumas delas com execuções acima dos 100%

Registou-se uma ligeira quebra em termos absolutos ao nível dos rendimentos de propriedade, na venda de bens e serviços correntes e nas outras receitas correntes, de 92.000€, 63.000€ e 39.000€, respetivamente e uma ligeira recuperação ao nível dos impostos diretos e indiretos, de 53.000€ e 9.000€, respetivamente.

#### **Receita de Capital**

A receita de capital totalizou o montante de 2.233.310,50€, o que representa aproximadamente cerca de 11% da receita total da Autarquia.

O peso relativo desta componente da receita oscila consideravelmente em função do melhor ou pior andamento dos quadros comunitário, pelo que, encontrando-nos nesta fase no início de um novo quadro mas ainda sem impacto direto esperado na receita, daí o seu peso ser ainda pouco significativo.

Esta componente da receita apresenta uma execução na ordem dos 87% em relação ao valor previsto no orçamento final de 2017. Para um total de receita prevista de 2.572.105,72€, foi arrecadado o valor de 2.233.310,50€ – **Quadro 3**.

**Relatório de Execução Financeira**  
**Quadro 3 - Receita de Capital 2017**

RECEITAS DE CAPITAL	Orçamento Final	%	Receita Cobrada	%	Desvio	Taxa de Execução
Venda de Bens de Investimento	114.167,00	4%	108.624,42	5%	-5.542,58	95%
Transferências de Capital	2.356.737,72	92%	2.123.036,08	95%	-233.701,64	90%
Ativos Financeiros	1.200,00	0%	1.650,00	0%	450,00	138%
Passivos Financeiros	100.000,00	4%	0,00	0%	-100.000,00	0%
Outras Receitas de Capital	1,00	0%	0,00	0%	-1,00	0%
<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>2.572.105,72</b>	<b>100%</b>	<b>2.233.310,50</b>	<b>100%</b>	<b>-338.795,22</b>	<b>87%</b>

### **Análise Global da Despesa**

O orçamento final de 2017 apresentou uma dotação global de 20.316.674,26€, sendo que 11.522.671,60€ respeita a despesa corrente e 8.974,002,66€ a despesa de capital, ou seja, um proporção de 57% despesa corrente, 43% despesa de capital o que é um muito bom indicador, e que deveria servir como modelo em orçamentos futuros.

A taxa de execução das despesas correntes é de 83%, num total de 9.515.027,33€, enquanto a execução da despesa de capital se situou nos 73% com 6.426.483,55€.

Comparativamente com o ano anterior regista-se um ligeiro acréscimo da despesa corrente na ordem dos 4%, o que representa em termos absolutos, aproximadamente 390.000€, originado essencialmente pela rúbrica de transferências correntes, aquisição de bens e serviços correntes e pela rúbrica das despesas com pessoal, que registaram um aumento de 216.000€, 101.000€ e 109.000€, respetivamente.

A despesa de capital por sua vez atingiu o valor de 6.426.483,55€ €, cerca de 60% acima do valor realizado no ano anterior. Estamos assim a entrar num ciclo em que será possível voltar as excelentes execuções de despesa de capital, ou seja de investimento, já alcançado em anos anteriores.

Em termos absolutos a despesa corrente paga, que no final de 2016 totalizou os 9.126.985€€ situou-se no final de 2017 nos 9.515.027€€. A despesa de capital que em 2016 atingiu o valor de 4.000.931,66€, no final de 2017 ascendeu aos 6.426.483,55€

## **Despesa Corrente**

Neste ponto será efetuada uma breve abordagem aos valores orçamentados da despesa corrente comparativamente com os valores executados, retirando algumas conclusões acerca dos desvios mais significativos verificados. - **Quadro 4.**

### Relatório de Execução Financeira

#### Quadro 4 - Despesa Corrente 2017

DESPESAS CORRENTES	Orçamento Final	%	Despesa Paga	%	Desvio	Taxa de Execução
<b>Pessoal</b>	5.109.673,00	44%	4.752.210,39	50%	-357.462,61	93%
<b>Aquisição de Bens e Serviços</b>	4.894.601,60	42%	3.533.699,79	37%	-1.360.901,81	72%
Aquisição de Bens	1.383.281,72	12%	958.551,81	10%	-424.729,91	69%
Aquisição de Serviços	3.511.319,88	30%	2.575.147,98	27%	-936.171,90	73%
<b>Juros e outros encargos</b>	31.050,00	0%	12.065,40	0%	-18.984,60	39%
<b>Transferências Correntes</b>	1.304.730,00	11%	1.091.168,98	11%	-213.561,02	84%
<b>Subsídios</b>	115.300,00	1%	89.209,07	1%	-26.090,93	77%
<b>Outras Despesas</b>	67.317,00	1%	36.673,60	0%	-30.643,40	54%
<b>Total das Despesas Corrente</b>	<b>11.522.671,60</b>	<b>100%</b>	<b>9.515.027,23</b>	<b>100%</b>	<b>-2.007.644,37</b>	<b>83%</b>

Em termos globais a despesa corrente, cujo previsão se situava nos 11.522.671€, em que as despesas com pessoal assumiam 44% das previsões iniciais, e as despesas com aquisição de bens e serviços 42%, obtiveram no seu conjunto uma execução global de 8.285.910€ o que representa 87% do orçamento total da despesa corrente paga pelo Município em 2017.

Em termos absolutos, as despesas com pessoal atingiram os 4.752.210,39€ o que se aproxima dos 50% do total da despesa corrente da Autarquia, percentagem dentro dos valores habitualmente verificados. De seguida, com maior peso relativo, vem a rubrica das aquisições de bens e serviços, cuja execução representa 37% do orçamento total da despesa corrente, e de seguida as transferências correntes com 11%.

De notar ainda que todas as rubricas da despesa corrente evidenciam execuções abaixo dos valores orçamentados, o que representa sempre uma poupança efetiva, pois significa que nem toda a despesa que se espera inicialmente concretizar, foi realizada.

## **Despesa de Capital**

O quadro seguinte permite observar a desagregação da despesa de capital, indicando para as respetivas dotações orçamentais o volume de despesa paga, respetiva estrutura e taxas de execução – **Quadro 5**.

### Relatório de Execução Financeira

#### Quadro 5 - Despesa de Capital 2017

DESPESA DE CAPITAL	Orçamento Final	%	Despesa Paga	%	Desvio	Taxa de Execução
Aquisição de Bens de Capital	7.864.913,36	89%	5.699.806,79	89%	-2.165.106,57	72%
Transferências de Capital	430.741,30	5%	273.747,13	4%	-156.994,17	64%
Activos Financeiros	108.428,00	1%	108.428,00	2%	0,00	100%
Passivos Financeiros	277.520,00	3%	275.079,73	4%	-2.440,27	100%
Outras Despesas	112.400,00	1%	69.421,90	1%	-42.978,10	62%
<b>Total da Despesa de Capital</b>	<b>8.794.002,66</b>	<b>100%</b>	<b>6.426.483,55</b>	<b>100%</b>	<b>-2.367.519,11</b>	<b>73%</b>

No ano 2017 foram pagas despesas de capital no montante de 6.426.483,55€ que representam cerca de 40% da despesa total paga pela autarquia nesse ano, o que significa uma evolução positiva na ordem dos 10% em relação aos valores realizados no ano anterior.

A estrutura da despesa de capital é constituída na sua maioria pela Aquisição de Bens de Investimento, que representam 89% do total da despesa de capital paga e cerca de 35% do total das despesas do Município.

Em 2017, é possível começar já a notar uma ligeira recuperação desta rubrica. É possível com isto demonstrar que estamos no início de um novo ciclo, impulsionado pelo novo quadro comunitário de apoio, e que dessa forma voltaremos seguramente nos próximos anos, aos níveis de execução de investimento alcançados a meio do anterior quadro comunitário.

## **INVESTIMENTO MUNICIPAL**

O Investimento Municipal previsto para o ano era de 7.864.913€, sendo que 3.498.894€, ou seja, cerca de 44% correspondia a investimentos em Bens do Domínio Privado e 4.366.018€, ou seja, cerca de 56% a investimentos em Bens do Domínio Público. A execução registada, na ordem dos 5.699.806,79€, que corresponde a cerca de 35% do total da despesa paga, representa a melhor execução dos últimos anos.

Os investimentos em bens do domínio privado, atingiram os 2.416.863€ com uma execução na ordem dos 69% enquanto os investimentos em bens do domínio público atingiram uma execução de 3.282.942€, que representa 75% do valor previsto.

**Relatório de Execução Financeira**
**Quadro 6 - Investimento Municipal 2017**

INVESTIMENTO DIRETO		Orçamento Final	%	Despesa Paga	%	Desvio	Taxa de Execução
<b>0102 07</b>	<b>Investimentos</b>	<b>7.864.913,36</b>		<b>5.699.806,79</b>		<b>-2.165.106,57</b>	<b>72%</b>
<b>0102 0701</b>	<b>Bens do Domínio Privado</b>	<b>3.498.894,80</b>	<b>44,5%</b>	<b>2.416.863,82</b>	<b>42,4%</b>	<b>-1.082.030,98</b>	<b>69%</b>
0102 070101	Terrenos	35.000,00	1,0%	1.818,96	0,1%	-33.181,04	5%
0102 070102	Habitacões	185.000,00	5,3%	137.459,86	5,7%	-47.540,14	74%
0102 070103	Edifícios	847.789,00	24,2%	352.321,72	14,6%	-495.467,28	42%
0102 070104	Construções Diversas	1.577.418,80	45,1%	1.266.669,50	52,4%	-310.749,30	80%
0102 070106	Material de Transporte	350.707,00	10,0%	292.953,11	12,1%	-57.753,89	84%
0102 070107	Equipamento Informático	72.230,00	2,1%	42.685,27	1,8%	-29.544,73	59%
0102 070108	Software Informático	109.000,00	3,1%	82.886,74	3,4%	-26.113,26	76%
0102 070109	Equipamento Administrativo	5.000,00	0,1%	1.976,08	0,1%	-3.023,92	40%
0102 070110	Equipamento Básico	316.250,00	9,0%	238.092,58	9,9%	-78.157,42	75%
0102 070111	Ferramentas e utensílios	500,00	0,0%	0,00	0,0%	-500,00	
0102 070112	Artigos e objetos de valor	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	
<b>0102 0703</b>	<b>Bens do Domínio Público</b>	<b>4.366.018,56</b>	<b>55,5%</b>	<b>3.282.942,97</b>	<b>57,6%</b>	<b>-1.083.075,59</b>	<b>75%</b>
0102 070301	Terrenos e recursos naturais	10.250,00	0,2%	7.096,99	0,2%	-3.153,01	69%
0102 070302	Edifícios - Outros	1.000,00	0,0%	0,00	0,0%	-1.000,00	0%
0102 07030301	Viadutos, arruam.obras compl.	2.134.003,29	48,9%	1.673.796,38	51,0%	-460.206,91	78%
0102 07030302	Sist. dren. águas residuais	314.372,36	7,2%	117.175,02	3,6%	-197.197,34	37%
0102 07030303	Estações trat. de águas residuais	31.000,00	0,7%	5.699,19	0,2%	-25.300,81	18%
0102 07030305	Parques e jardins	7.500,00	0,2%	4.952,30	0,2%	-2.547,70	66%
0102 07030307	Captação e distribuição de água	391.705,91	9,0%	257.899,81	7,9%	-133.806,10	66%
0102 07030308	Viação rural	1.178.777,00	27,0%	1.021.949,37	31,1%	-156.827,63	87%
0102 07030309	Sinalização e trânsito	32.300,00	0,7%	31.058,35	0,9%	-1.241,65	96%
0102 07030310	Infraest. distrib. energia electrica	103.060,00	2,4%	83.148,81	2,5%	-19.911,19	81%
0102 07030312	Cemitérios	79.050,00	1,8%	74.791,30	2,3%	-4.258,70	95%
0102 07030313	Outros	83.000,00	1,9%	5.375,45	0,2%	-77.624,55	6%

A evolução do investimento ao longo dos últimos anos é apresentada no quadro seguinte – **Quadro 7**

**Relatório de Execução Financeira**
**Quadro 7 - Investimento Municipal Evolução**

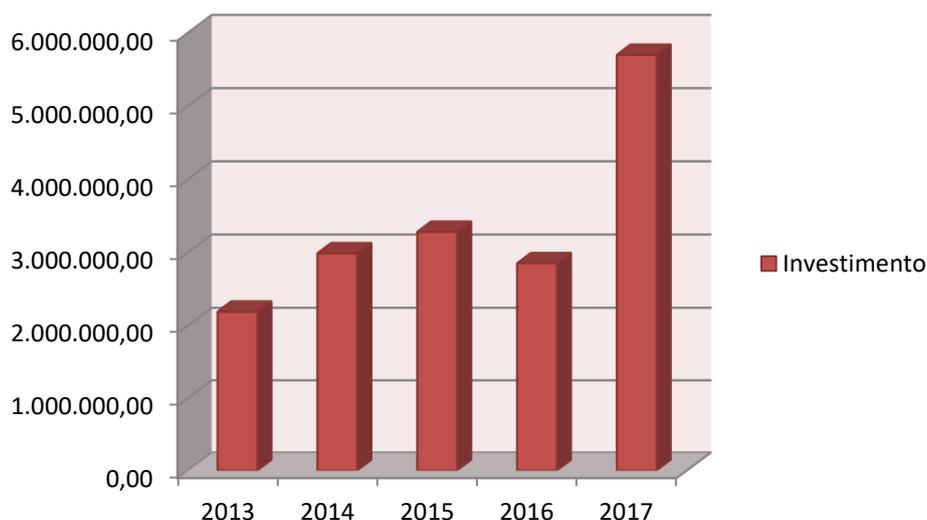
	2013	2014	2015	2016	2017
Investimento	2.191.795,66	2.989.204,96	3.281.867,79	2.853.069,73	5.699.806,79

A informação apresentada no quadro 7 reflete a execução verificada na rúbrica da despesa com o código 07 – Aquisição de Bens de Capital, na prática a rúbrica que determina o nível de investimento realizado.

A execução bastante positiva alcançada em 2017 perspectiva como se referiu anteriormente, o início de um novo ciclo de concretização de importantes e avultados investimentos no Concelho.

Comparativamente com os anos anteriores, quase que duplicou o volume de despesa realizada nesta rúbrica específica, o que reflete o forte investimento que está a ser concretizado.

**Gráfico 1**



### **Evolução do Investimento Municipal**

A evolução do investimento municipal nos últimos 5 anos está bem demonstrada no gráfico que apresentamos em cima. É possível perceber as dificuldades atravessadas nos últimos exercícios, inclusive em 2016, quando a tendência seria de subida e onde se registou uma descida, e a enorme recuperação registada em 2017. A análise do gráfico confirma exatamente o que acabamos de referir relativamente à tendência de investimento que se previa e que ficou de certa forma adiada, em 2016, mas tudo indica que a recuperação verificada, será a tendência dos próximos anos.

### **SÍNTESE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA**

Neste capítulo pretende-se demonstrar o desempenho da tesouraria municipal bem como a estrutura da dívida Municipal no final de 2017

- **O Saldo da Atividade Corrente** – O saldo da atividade corrente resulta da diferença entre a receita corrente arrecadada e a despesa corrente paga, em 2017 registou-se um saldo positivo de 2.875.890,89€. Comparativamente com o ano anterior o saldo corrente diminui em cerca de 350.000€. Este diferencial resulta essencialmente do aumento da despesa corrente, uma vez que a receita corrente se cifrou em valores idênticos aos do ano anterior. A Autarquia tem nos últimos anos optado por afetar 90% da receita proveniente do orçamento de estado à componente corrente, o que de certa forma justifica os saldos positivos apresentados. Esta situação na prática não representa qualquer constrangimento na gestão, considerando que o saldo corrente pode sempre ser utilizado para financiar despesa de capital, o que tem acontecido nos últimos anos.

- **O Saldo do Exercício** – O saldo do exercício reflete a diferença entre a receita total arrecada e a despesa total paga. Em 2017, com um saldo negativo de 1.295.339,47€, significa que a Autarquia começou

finalmente a executar despesa acima da receita o que lhe permitirá ir reduzindo os saldos de tesouraria acumulados nos últimos anos para valores mais adequados à real necessidade do Município.

- **O Saldo de Tesouraria** - O saldo de tesouraria resulta do saldo inicial existente em janeiro de 2017 adicionado do saldo do próprio exercício. No final de 2017 esse saldo é de 3.980.875,79€. Resulta do somatório entre o saldo inicial de 5.276.215,26€ acrescido do diferencial resultando da atividade do exercício de -1.295.339,47€.

## DÍVIDA

Analisando a dívida total a terceiros em 31/12/2017, a mesma totalizava 2.871.482,86€, sendo que 443.912,13€ respeita a dívida de curto prazo e 2.427.570,73€ a dívida de médio e longo prazo. Para a dívida de médio e longo prazo concorre, para além da dívida a instituições de crédito resultante da contratação de empréstimos, a dívida resultante do Fundo de Apoio Municipal, num total de 325.290,89€.

O valor de dívida total apresentada no final de 2017, evidencia uma diminuição de cerca trezentos mil euros, que represente aproximadamente uma redução de 8%, relativamente ao anterior, confirmando a tendência de descida já evidenciada nos últimos anos.

O – **Quadro 9**, que apresentamos de seguida reflete bem o enorme esforço efetuado pela Autarquia na redução da dívida municipal. Tomando como referência o valor da dívida em 2012, que se cifrava nos 6.239.197€, verifica-se uma redução na ordem dos 54% da dívida municipal.

### Relatório de Execução Financeira

#### Quadro 9 - Evolução das Dívidas a Terceiros

	Dívida em 31/12/2014	Dívida em 31/12/2015	Dívida em 31/12/2016	Dívida em 31/12/2017
Dívidas de médio e longo prazo	4.087.392,01	3.692.391,73	2.811.078,46	2.427.570,73
Dívidas de curto prazo	708.336,77	328.334,59	320.863,25	443.912,13
<b>TOTAL</b>	<b>4.795.728,78</b>	<b>4.020.726,32</b>	<b>3.131.941,71</b>	<b>2.871.482,86</b>

Será de admitir que nos próximos anos, o valor da dívida de medio e longo prazos, influenciada pela utilização dos empréstimos que foram contratados em 2016, para a construção do Pavilhão Multiusos e para a construção do Lar de São Miguel do Pinheiro, e que ainda não registaram qualquer utilização, possa em função das utilizações esperadas, vir a aumentar um pouco.

## Dívida de Curto Prazo

A Autarquia apresentava em 31 de dezembro de 2017, uma dívida a terceiros de curto de prazo de 443.912.13€, do quais 108.428€ respeitam à dívida do FAM a amortizar já em 2018.

Facilmente se conclui que a restante dívida de curto prazo é um valor residual, na sua grande maioria referente a faturação de fornecedores de dezembro que só foi rececionado na autarquia já em 2018 quando o ano 2017 já se encontrava encerrado ao nível da tesouraria e por esse motivo não pode ser paga.

## Dívida de Médio e Longo Prazos

A dívida de médio e longo prazo é constituída essencialmente pela dívida resultante da contratação de empréstimos bancário. Com um montante de 2.102.279€ e pela dívida resultante do Fundo de Apoio Municipal no montante de 325.290€.

Relativamente á dívida resultante do FAM a mesma foi estipulado por lei e vem sendo amortizada anualmente no valor de 108.428,00€. No final de 2017 a dívida por conta desta rúbrica é de 433.718€, dos quais 108.428,00€ referente à parcela a amortizar em 2018 encontra-se refletido na dívida de curto prazo.

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Da análise do quadro seguinte é possível concluir que a taxa de execução das Grandes Opções do Plano, que inclui o Plano Plurianual de Investimentos e as Grandes Opções do Plano, em 2017 foi de 73%, num total de despesa paga de 9.523.558,68€ valor consideravelmente superior ao executado em 2016 – **Quadro 10**.

### Relatório de Execução Financeira

#### Quadro 10 - Execução das Grandes Opções do Plano

Sector de Actividade	2016		Orçamento 2017			Distr. Invest.
	Executado (1)	%	Final (2)	Executado (3)	% (4)=(3)/(2)	
Administração Geral	400.806,33	6%	695.607,00	368.020,97	53%	4%
Proteção Civil e luta contra incêndios	88.736,86	1%	202.109,00	181.986,23	90%	2%
Ensino Não Superior	18.643,69	0%	55.180,00	10.276,00	19%	0%
Serviço Auxiliares de Ensino	379.869,30	6%	635.675,00	488.139,54	77%	5%
Ação Social	295.865,15	5%	711.932,30	396.574,14	56%	4%
Habitação	746.352,55	12%	245.000,00	151.744,03	62%	2%
Ordenamento do Território	22.140,00	0%	102.000,00	3.690,00	4%	0%
Saneamento	329.034,89	5%	565.872,36	266.333,89	47%	3%
Abastecimento de Água	492.020,83	8%	976.104,89	720.150,23	74%	8%
Resíduos Sólidos	171.271,07	3%	304.680,00	240.674,22	79%	3%
Proteção do Meio Ambiente e Conserv. Natureza	242.530,75	4%	236.330,00	150.098,57	64%	2%

Cultura	241.798,45	4%	462.843,36	378.594,99	82%	4%
Desporto e Tempos Livres	194.979,14	3%	486.500,00	419.926,31	86%	4%
Outras Atividades Cívicas e Religiosas	0,00	0%	0,00	0,00	0%	0%
Indústria e Energia	681.730,07	11%	832.450,00	742.179,22	89%	8%
Transportes Rodoviários	704.472,37	11%	3.276.959,09	2.674.075,34	82%	28%
Mercados e Feiras	141.651,09	2%	1.335.000,00	1.004.910,16	75%	11%
Turismo	306.998,63	5%	948.003,26	570.558,53	60%	6%
Desenvolvimento Económico	0,00	0%	20.000,00	2.351,76	12%	0%
Administração Autárquica	144.723,07	2%	137.500,00	115.649,80	84%	1%
Parque Móvel	773.347,59	12%	845.275,00	637.624,75	75%	7%
<b>TOTAL</b>	<b>6.376.971,83</b>		<b>13.075.021,26</b>	<b>9.523.558,68</b>	<b>73%</b>	<b>100%</b>

De referir que as grandes opções do plano são constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI) que apenas inclui despesas classificadas no capítulo 07 – aquisição de bens de capital e pelas Atividades Mais Relevantes (AMR´s) que incluem um conjunto de Ações e de iniciativas classificadas nas diferentes rúbricas da despesa corrente.

Os valores apresentados nas colunas (1) e (3), dizem respeito a despesa efetivamente paga. Em 2017 o valor executado nas Gop´s ascendeu aos 9.500.000€ uma execução de 73% do valor previsto.

Da leitura do quadro anterior, é possível identificar as principais áreas de investimento em 2017, sendo que nesse capítulo, assume particular destaque a rúbrica de Transportes Rodoviários e os Mercados e Feiras, com um valor de investimento de 2.674.000€ e 1.004.000€, respetivamente, representam no conjunto cerca de 40% do valor total executado.

De seguida apresentamos um resumo das principais intervenções, quer sejam obras por administração direta, por empreitada, ou atividades e ações, que contribuíram para o valor global da despesa, por setor de atividade:

Ao nível do **Setor de Administração Geral**, o valor total executado foi de 368.020€. Para este valor contribuíram, entre outros, os seguintes investimentos:

- Aquisição de Equipamento Básico, Administrativo e de Comunicações, Equipamentos Informáticos e Software diverso necessários à contínua modernização dos serviços. Foram adquiridos computadores para os diversos serviços, para além das licenças anuais das várias aplicações.
- A continuação das obras de substituição das coberturas no estaleiro municipal.
- A continuação das intervenções no edifício antigo quartel dos bombeiros
- Os seguros de pessoal, de bens e dos edifícios.

Ao nível da **Segurança e Ordem Pública**, o valor total executado foi de 181.986€. Para este valor contribuiu essencialmente os apoios atribuídos à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mértola para funcionamento do Gabinete Municipal de Proteção Civil e ainda os apoios ao investimento para a aquisição de viaturas e aquisição da nova central telefónica. Incluem-se neste capítulo ainda os trabalhos regulares anuais ao nível manutenção do perímetro florestal.

Ao nível do Setor **Educação**, o valor total executado foi de 498.415€. Para o ano em análise, destacamos as seguintes intervenções / ações:

- Aquisição de vinhetas à Rodoviária para transporte de alunos.
- Auxílios Económicos que incluem refeições, subsídios escolares e Bolsa de Estudo Serrão Martins.
- Protocolo com Santa Casa da Misericórdia de Mértola para prestação de serviços de apoio à Educação e para Gestão da Creche Municipal.
- Os apoios à ALSUD para dinamização do projeto Mértola tem Melodia.

No ano em análise, o valor afeto á **Ação Social** ascendeu aos 396.582€. Para além dos apoios regulares às Instituições sociais de solidariedade social, importa referir os apoios sociais quer no âmbito do cartão social quer através do programa de incentivos aos nascimentos.

- Em 2017 foram atribuídos os seguintes apoios, no âmbito do Programa de Apoio às IPSS do Concelho, por entidade:
  - Santa Casa da Misericórdia de Mértola – 237.216,94 €
  - Núcleo de Voluntariado de Mértola – 2.100,00 €
  - Centro de Apoio a Idosos de Moreanes – 8.460,00€
  - Centro Social dos Montes Altos – 4.870,00€
  - Casa do Povo de Santana de Cambas – 5.437,50€
  - Moura Salúquia – Associação de Mulheres do Concelho de Moura – 1.056,00€
- No âmbito das participações do Cartão Social durante o ano 2017 foram efetuados os seguintes processamentos, num total de 57.253,74€:
  - novembro a dezembro de 2016 – 9.805,41€

- janeiro a fevereiro de 2017 –9.281,42€
  - março a abril de 2017 – 9.098,37€
  - maio e junho de 2017 – 10.588,93€
  - julho e agosto de 2017 – 10.419,48€
  - setembro e outubro de 2017 – 10.849,49€
- No âmbito do Programa de Animação Social, no ano em apreciação, podemos destacar as seguintes atividades: Passeio de Barco, Passeios de Verão, XX Encontro de Reformados, Pensionista e Idosos do Concelho.
  - No âmbito do Programa de Incentivo aos Nascimentos, Apoio ao Segundo Filho e Apoio à População Portadora de Deficiência, foram pagos 12.586€.
  - Os apoios concedidos à Universidade Sénior totalizaram 14.800€
  - O início da obra de construção do Lar de São Miguel do Pinheiro
  - Os valores alocados aos novos programas de ocupação municipal ascenderam a 80.000€.

O **Setor da Habitação** tem merecido ao longo dos últimos anos uma especial atenção. O investimento neste setor de atividade traduz-se por um lado na recuperação do parque habitacional propriedade do Município e no desenvolvimento de novos loteamentos para construção. O valor total executado no ano foi de 151.744€, destacando:

- Algumas intervenções nos edifícios para arrendamento social
- Os apoios habitacionais concedidos a particulares para recuperação das suas habitações ou para construção de instalações sanitárias que totalizou 14.284€.
- A conclusão da obra referente ao loteamento na Mina de São Domingos.

Ao nível do Setor de Atividade **Saneamento Básico**, o valor total investido foi de 266.333€. Este setor tem sido nos últimos anos prioritário ao nível da realização de investimento. Para este ano em concreto, destacamos os seguintes investimentos:

- Conclusão das obras de abastecimento de água, saneamento básico e pavimentação em João Serra

- O início da obra de saneamento básico, abastecimento de água e arruamentos em Montes altos,
- Serviços de manutenção e controlo de qualidade das ETAR's das diversas povoações – 143.459€

O **Abastecimento de Água**, é outro dos setores de atividade que tem sido nos últimos anos objeto de investimento considerável. Em 2017, o investimento neste setor totalizou 720.150€.

- A conclusão das obras de abastecimento de água, saneamento básico e pavimentação em João Serra
- O início da obra de saneamento básico, abastecimento de água e arruamentos em Montes altos,
- As intervenções lavadas a cabo em São Pedro Solis para substituição da rede de águas,
- Serviços de operação de manutenção e exploração dos sistemas de abastecimento das diversas povoações – 92.781€
- Realização de análises para controlo de qualidade da água – 34.729€
- Aquisição de água à empresa Águas Públicas do Alentejo 334.739€

O investimento na área dos **Resíduos Sólidos** totalizou em 2017 o valor de 240.674€. Neste setor de atividade a despesa realizada prende-se com a manutenção das viaturas de recolha de resíduos e com a deposição dos resíduos no aterro da Resialentejo.

Na área da **Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza**, o valor investido ascendeu aos 150.098€. Incluem-se neste setor as intervenções levadas a cabo no Cemitério da Nossa Senhora das Neves, a construção e beneficiação de espaços verdes, a obra da ampliação da Casa Mortuária de Mértola, e ainda a conclusão dos estudos relacionados com a Biodiversidade do Vale do Guadiana

O investimento na área da **Cultura** no ano 2017 ascendeu aos 378.594€. Para este valor contribuíram os apoios atribuído às associações culturais, quer para a atividade regular quer para a realização de investimentos, que totalizaram:

- Apoio para Atividades Regulares – 30.067€
- Apoio para Aquisição de Equipamentos e Investimento – 23.590€

Contribuíram ainda para a despesa global neste setor toda a despesa afeta à dinamização da promoção das diversas atividades relacionadas com a Agenda Cultural do Município, como seja: A programação regular da Biblioteca Municipal, Programação Regular de Cinema, Feira do Livro, Arte Non Stop, Dia da Criança, Programação da Casa de Artes Mário Elias, MertolArte, Comemorações do 25 de Abril, Dia da Mulher, Viagem para Jovens, Semana “Lembrar Serrão Martins” e as Comemorações de São Martinho, para além de mais uma edição do Festival Islâmico.

A realização de atividades no setor **Desporto, Recreio e Lazer**, totalizaram 419.926€. Para o valor despendido com este setor de atividade, contribuíram em muito os apoios concedidos aos vários clubes desportivos do Concelho. Neste ano em concreto esta rubrica atingiu um valor superior em função da ampliação e beneficiação da Zona de lazer da Achada de São Sebastião, cuja despesa paga ascendeu aos 231.000€.

O apoio às Associações e Clubes Desportivos do Concelho, atribuído ao abrigo do Programa de Apoios Regulares contribui decisivamente para o sucesso da atividade desportiva destas coletividades.

Em 2017, foram atribuídos os seguintes apoios, por programa:

- Atividade Regular – 136.066€
- Apoio específico para investimentos – 17.656€

Incluem-se ainda neste Setor ainda as diversas intervenções levadas a cabo na praia Fluvial da Mina de São Domingos, bem como os custos relacionados com as atividades levadas a efeito no âmbito do Programa Mértola Radical.

Na área da **Indústria e Energia**, o valor afeto ascendeu aos 742.179,22€. O valor afeto nesta rubrica tem essencialmente a ver com o custo anual da iluminação pública do Concelho e o fornecimento de energia para as diversas instalações propriedades do Município. Incluem-se ainda nesta rubrica algumas melhorias introduzidas no reforço das redes de iluminação pública. Neste ano em concreto, a execução nesta rubrica foi fortemente influenciada pela execução da iluminação da ponte sobre o rio guadiana, que ascendeu aos 90.000€.

No Setor dos **Transportes Rodoviários**, o valor total executado foi de 2.674.075,34€. Realizaram-se ao longo do ano importantes intervenções por administração direta nos arruamentos em diversas povoações e também em algumas estradas e caminhos municipais do Concelho. Para além destas pequenas intervenções, a obra de maior valor refere-se á pavimentação da Estrada Municipal 506, cuja despesa em 2017 ascendeu aos 820.000€

Destacamos as seguintes intervenções:

- Novas intervenções em arruamentos na Mina de São Domingos;

- Obras de remodelação dos Arruamentos em São Miguel do Pinheiro e São João dos Caldeireiros e São Pedro de Sólis.
- A conclusão das obras de abastecimento de água, saneamento básico e pavimentação em João Serra
- Grandes reparações e beneficiações de diversas estradas e caminhos do concelho, como sejam a conclusão do alargamento e pavimentação da estrada São Miguel do Pinheiro/Alcaria Longa/EN 267 e a intervenção entre o cruzamento dos Namorados e a João Serra.
- Beneficiação de arruamentos em diversas povoações, e ainda as intervenções habitualmente levadas a cabo na manutenção de bermas e no corte de vegetação.

No setor de atividade **Mercados e Feiras**, o valor total executado foi de 1.004.910,16€. Para este valor contribui essencialmente o arranque da obra de construção do Pavilhão Multiusos em Mértola, cuja despesa paga no ano ascendeu aos 967.830. Contribuíram ainda para aquele montante, as despesas relacionadas com a realização da Feira do Mel, Queijo e Pão, a Feria

Na rubrica, **Turismo**, o valor total investido foi de 570.558,53€. Destacam-se a realização das atividades regulares, entre elas:

- 15ª Edição do Festival do Peixe do Rio;
- Festas da Vila;
- Participação na Ovibeja;
- 8ª Edição da Feira da Caça;
- E ainda as verbas despendidas com o início da obra de recuperação da Casa Cor de Rosa no Centro Histórico de Mértola e as verbas despendidas com promoção das rotas e percursos pedestres.

O setor de atividade **Administração Autárquica** contempla todos os apoios e transferências para as Juntas de Freguesia. O quadro em baixo – **Quadro 11**, resume os valores transferidos por freguesia, e por tipo de protocolo:

**Relatório de Execução Financeira**

**Quadro 11 – Transferências por tipo de protocolo e por Freguesia**

Junta de Freguesia	Cob.Águas	Ram.Saneam	Ram.Água	Fossas	Escolas	Limpeza de Vias	Limp. de Edifícios-Mercado/Limpeza das Bermas	Diversos	Total
Alcaria Ruiva	2.362,56 €	240,00 €	862,75 €	266,21 €	2.415,50 €	8.747,04 €	0,00 €	0,00 €	14.894,06 €
Corte do Pinto	4.539,08 €	150,79 €	172,29 €	10,58 €	2.421,42 €	4.255,76 €	6.750,00 €	0,00 €	18.299,92 €
Espírito Santo	648,80 €	0,00 €	63,70 €	380,54 €	0,00 €	5.515,76 €	0,00 €	0,00 €	6.608,80 €
Mértola	1.722,31 €	289,50 €	156,13 €	621,35 €	4.918,50 €	14.452,08 €	0,00 €	0,00 €	22.159,87 €
S. João dos Caldeireiros	2.605,91 €	0,00 €	59,93 €	202,81 €	1.641,00 €	5.082,08 €	0,00 €	0,00 €	9.591,73 €
União de Freguesias de S. Miguel do Pinheiro, S. Sebastião dos Carros e de S. Pedro de Sólis	4.006,94 €	28,65 €	117,82 €	856,83 €	1.322,39 €	13.906,08 €	4.200,00 €	0,00 €	24.438,71 €
Santana de Cambas	2.236,92 €	30,00 €	116,20 €	877,31 €	2.377,19 €	7.096,96 €	0,00 €	6.922,13 €	19.656,71 €

As transferências totais efetuadas para as juntas de Freguesia ascendem aos 115.000,00€. O protocolo que maior valor representa no total das transferências é o da limpeza das vias, que ascende aos 59.000,00€, seguido do protocolo para a cobranças de águas e para a limpeza dos estabelecimentos de ensino. Trata-se de um conjunto significativo de áreas que as Juntas de Freguesia tem vindo a assumir nos últimos anos, com enorme sucesso, e que se traduz também sem dúvida num importante encaixe financeiro, que permite reforçar significativamente os reduzidos orçamentos que as juntas de freguesia dispõem.

No setor do **Parque Móvel** em 2017 foram investidos um total 637.624,75€.

Para este valor contribuiu em grande parte, a despesa com aquisição de gasóleo para o funcionamento da Autarquia, que ascendeu aos 267.000€.

Nesta rúbrica ainda, são considerados os investimentos anuais necessário à renovação do parque automóvel.

Neste ano em concerto foram adquiridos dois camiões para afetar ao setor dos resíduos e 4 viaturas ligeiras. Uma viatura para a vereação, uma viatura para o serviço de informática e outra para o serviço de eletricidade, e ainda uma viatura para a serviços gerias do armazém. Foi ainda adquirido um Cilindro novo para o serviço de obras.

## FINANCIAMENTOS COMUNITÁRIOS

A informação que de seguida apresentamos respeita às Operações / Projetos candidatados a fundos comunitários apresentados, aprovados ou que tiveram execução no decurso do quadro comunitário 2007/2013 e também as ações já no âmbito do novo quadro comunitário – Portugal 2020.

**Quadro 12** - O quadro em baixo resume o volume de investimento candidatado ao longo dos dois últimos quadros comunitários de apoio, bem como o volume de investimento e financiamento aprovado.

	acumulado até 31/12/2016		(acumulado até 31/12/2017)				Valores de 2017	
	Pedidos de Pagamento Apresentados	Financiamentos Recebidos acumulados	Investimento Candidatado	Investimento Aprovado	Investimento Elegível	Financiamento Aprovado	Pedidos de pagamento apresentados	financiamentos recebidos
<b>QREN 2007/2013</b>								
INALENTEJO	8.284.292,12	6.511.443,18	9.977.784,16	9.640.187,62	8.741.055,99	7.267.738,00		401.050,69
POCTEP	1.093.237,93	749.648,18	1.096.358,88	1.096.358,88	1.096.358,88	822.269,16		11.294,44
PRODER	885.391,04	624.955,03	1.284.663,99	1.087.087,00	1.087.087,00	759.424,99	-	5.078,06
POPH	222.979,02	162.174,71	282.711,64	244.122,76	244.122,76	172.775,10	-	-
POVT	5.001.311,88	4.138.899,58	7.137.835,42	6.316.537,31	5.114.068,13	4.346.957,91		5.662,16
COMPETE	366.946,31	304.014,46	389.701,31	379.246,31	379.246,31	322.359,36	-	
<b>PORTUGAL 2020</b>								
ALENTEJO 2020	-	-	3.113.725,52	2.617.603,82	2.396.291,82	1.983.138,05	368.768,79	296.704,76
POSEUR	82.630,55	70.235,97	3.955.578,84	3.267.799,10	2.536.184,36	2.155.756,70	554.850,23	476.488,40
PDR 2020	-	-	100.905,17				-	-
POCTEP	-	-	1.098.025,44	670.354,00	415.122,00	271.322,00		51.396,90
POISE	47.729,40		47.729,40	47.729,40	47.729,40	43.911,05	19.887,25	15.551,83
<b>TOTAL</b>	<b>15.936.788,85</b>	<b>12.561.371,11</b>	<b>28.485.019,77</b>	<b>24.648.942,80</b>	<b>21.594.415,25</b>	<b>18.101.741,27</b>	<b>923.619,02</b>	<b>1.196.278,51</b>

Em resumo, são cerca de trinta milhões de investimento candidatado ao longo dos 8 anos, cerca de dezoito milhões de euros em financiamentos aprovados. São sem dúvida números que nos deixam satisfeitos pelo trabalho feito, mas também acarretam, simultaneamente, uma enorme responsabilidade para que o no novo quadro comunitário já em curso, possamos ser ainda mais ambiciosos.

No âmbito do novo quadro comunitário – Portugal 2020, que começa já a apresentar os primeiros projetos, é de salientar o montante de oito milhões e trezentos mil euros de investimento candidatado, que corresponde a cerca de seis milhões de euros e investimento aprovado e cerca de quatro milhões e meio de euros de financiamento aprovado.

## ALGUNS INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA

### Indicadores de Gestão Orçamental

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética que transmitem uma visão global da situação das finanças devido ao facto da sua estruturação se basear em agregados patrimoniais diversificados. Devido às especificidades de cada município, nomeadamente na forma como se organiza, para dar cumprimento às suas atribuições e competências, não permitem, em termos de comparabilidade, a equiparação de realidades autárquicas diferentes.

Apresentamos de seguida alguns indicadores que nos ajudam a perceber melhor a estrutura económica/financeira da autarquia de Mértola, bem como a sua evolução ao longo dos últimos quatro anos.

### Grau de cobertura global das receitas e das despesas

#### Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais

2014	2015	2016	2017
98%	104%	112%	125%

#### Mede a capacidade das receitas de capital cobrirem as despesas da mesma natureza

2014	2015	2016	2017
60%	45%	58%	35%

#### Mede a capacidade das receitas correntes cobrirem as despesas da mesma natureza

2014	2015	2016	2017
116%	136%	135%	130%

#### Mede o grau de cobertura da despesa total pelas transferências recebidas

2014	2015	2016	2017
81%	85%	92%	76%

Os rácios apresentados neste título permitem-nos essencialmente avaliar a capacidade da Autarquia em gerar receitas que lhes permita cobrir as despesas. Este indicador registou em 2017 uma percentagem de 125%, maior percentagem alcançada nos anos em análise. Relativamente a este indicador e dado o volume do saldo da gerência evidenciado é possível que a autarquia possa continuar a realizar despesa acima do valor da receita, pois esse diferencial será sempre coberto pelo saldo da gerência que não entra no conceito de receita do ano.

Relativamente ao segundo indicador, que registou em 2016 uma percentagem de 58%, desceu em 2017 para os 35%, significa isso que a receita de capital é inferior à despesa de capital, ou seja, o Município está a realizar investimento (despesa de capital) com recurso a receita corrente o que é um dado positivo.

Ao nível da componente corrente, a Autarquia tem nos últimos anos conseguido garantir receita corrente suficiente para cobrir as despesas correntes. Tratando-se de uma imposição legal foi necessário afetar uma maior fatia dos fundos transferidos através do orçamento de estado à componente corrente, para garantir que este rácio é sempre superior a 100%. Em 2016 atingiu a percentagem de 130%.

O último rácio é apenas a confirmação do grau de dependência do orçamento municipal face às transferências quer sejam do orçamento de estado quer sejam de fundos comunitários. Esta é uma realidade a que já estamos habituados e para a qual não há muito a fazer, a não ser trabalhar no sentido de garantir que se atinja alguma estabilidade ao nível das transferências do orçamento de estado e ainda dotar os serviços municipais de recursos humanos especializados para que se possa aproveitar ao máximo os financiamentos comunitários que forem sendo disponibilizados.

## Rácios de estrutura da receita

### Mede o peso das receitas próprias do município no total de receitas arrecadadas

2014	2015	2016	2017
17%	18%	17%	39%

### Mede o peso das receitas provenientes dos impostos diretos na receita total

2014	2015	2016	2017
5%	5%	4%	3%

### Mede o peso das transferências recebidas na receita total da autarquia

2014	2015	2016	2017
83%	82%	83%	61%

A confirmar de certa forma o que referimos no último parágrafo estes rácios demonstram por um lado, a dificuldade da autarquia em gerar receitas próprias, apesar da subida do indicador, por outro lado o peso diminuto das receitas proveniente dos impostos diretos, como sejam o IMI, o IMT, ou o IUC, na estrutura da receita e por último a dependência do orçamento municipal face às transferências.

## Rácios da estrutura da despesa

### Mede o peso da despesa de capital na despesa total

2014	2015	2016	2017
32%	36%	30%	40%

### Mede o peso da despesa com pessoal na despesa total

2014	2015	2016	2017
35%	34%	35%	30%

Neste capítulo apresentamos apenas dois indicadores. O primeiro mede a capacidade da autarquia em afetar os recursos disponíveis á componente de investimento. Este indicador que nos últimos anos andou sempre abaixo dos 40%, e que me 2016 voltou a descer, em 2017 regista uma ligeira recuperação, que esperamos se possa confirmar nos próximos anos.

Quanto ao segundo indicador, de salientar uma tendência de algum equilíbrio. As despesas com pessoal obtiverem ao longo dos últimos anos um valor entre os 34% e os 36% o que revela uma gestão cuidada desta componente da despesa, com tendência de descida positiva, registada em 2017.

## Indicadores de Gestão Patrimonial

Não existindo indicadores específicos de análise económico-financeiros das performances das autarquias, considerou-se a utilização dos modelos aplicados à atividade empresarial. Devido às especificidades de atividade, objetivos, contextualização e informação é importante ter a noção que alguns dos indicadores apresentados podem não ter a mesma leitura para um município que terão para o mundo empresarial.

## Rácios de liquidez

A regra do equilíbrio financeiro aconselha que a Liquidez Geral, em percentagem, seja superior a 100%. Os valores apresentados indicam-nos claramente que não se perspetivam situações de dificuldade ao nível da tesouraria, existindo assim um equilíbrio entre o grau de liquidez e o grau de exigibilidade das origens.

## Liquidez Geral

#### Revela o grau de cobertura do passivo circulante por ativo circulante

2014	2015	2016	2017
368%	1296%	1885%	1049%

#### Liquidez Imediata

##### Revela o grau de cobertura do passivo circulante por disponibilidades

2014	2015	2016	2017
306%	1110%	1669%	915%

Qualquer um dos indicadores apresentados neste capítulo, comprovam as disponibilidades financeiras da autarquia e a sua capacidade para cumprir os compromissos assumidos. Estes rácios tem ao longo dos últimos quatro anos vindo a registar valores altíssimos o que garantem a estabilidade financeira da autarquia no médio e longo prazo.

#### Rácios de alavanca financeira

##### Endividamento

Apura a extensão com que a autarquia utiliza o capital alheio no financiamento das suas atividades

2014	2015	2016	2017
34%	33%	31%	30%

#### Estrutura de Endividamento

##### Mede o peso das dívidas de curto prazo

2014	2015	2016	2017
26%	11%	13%	21%

## Grau de Dependência dos Empréstimos a Curto, Médio e Longo Prazo

Mede o grau de dependência do ativo líquido relativamente aos empréstimos contraídos pela autarquia

2014	2015	2016	2017
6%	5%	3%	3%

Os rácios de alavanca financeira são utilizados para análise de crédito, identificando por isso as dívidas que a autarquia contraiu e as implicações que as mesmas têm na exploração.

A utilização deste rácio permite-nos aferir o grau em que a autarquia utiliza o capital alheio para financiar a sua atividade. Com o valor apresentado nos últimos anos, que se situa nos 30%, significa que da atividade municipal é financiada em cerca de 30% por capitais alheios. Este rácio tem vindo a descer ao longo dos anos, espera-se contudo que o mesmo possa no próximo ano registar um ligeiro acréscimo fruto da contratação de novas operações financeiras, mas que em nada vai afetar a boa capacidade de endividamento da Autarquia.

De referir ainda o peso das dívidas de curto prazo, que regista uma percentagem de 21%, ligeiramente acima do valor registado em 2016, mas que traduz uma parcela pouco significativa para a atividade da Autarquia.

## Rácios de solvabilidade e de autonomia financeira

### Autonomia Financeira

Mede a autonomia financeira da autarquia e a sua dependência nessa mesma proporção

2014	2015	2016	2017
66%	67%	69%	70%

### Solvabilidade

Mede a relação entre o capital próprio e o capital alheio

2014	2015	2016	2017
192%	205%	222%	232%

Estes rácios traduzem a posição de dependência da Autarquia face aos seus credores.

Em qualquer um dos indicadores é notória uma evolução favorável. Significa que a atividade da autarquia é cada vez mais independente de capitais alheios.

Face ao elevado valor do indicador de solvabilidade apurado, é revelada uma grande independência da autarquia face às responsabilidades assumidas e um risco mais reduzido para os seus credores.

Estes indicadores permitem-nos concluir que a autonomia financeira da autarquia é confortável face à dependência de terceiros, o que significa que a atividade camarária é financiada em 70% pelos seus Fundos Próprios.

## **Outros Indicadores**

### **Prazo Médio de Pagamento**

<b>Prazo Médio de Pagamento</b>			
<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
17	13	13	22

O cálculo deste indicador foi feito aplicando a fórmula publicada no Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, publicado no DR nº 71, 2ª Série Parte C.

Trata-se de um indicador que tem ao longo dos últimos anos merecido uma grande preocupação. O Município pretende atingir neste indicador um desempenho que o coloque ao nível dos melhores do País, o que tem sido alcançado nos últimos anos. Em 2017, passamos para 22 dias de prazo médio de pagamento, não deixa de ser um bom indicador, mas pretendemos obviamente voltar a baixar para os valores já alcançados em períodos anteriores.

## **ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL**

O endividamento autárquico encontra-se regulamentado pelo artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.

Refere o artigo 52.º que a dívida total do município incluindo da dívida de todas as entidades que revelam para a dívida total municipal, e que se encontram previstas no artigo 54.º da mesma Lei, não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

A tabela seguinte pretende demonstrar a dívida total do município em 31/12/2017 bem como a sua situação face aos limites impostos pela legislação aplicável.

### Quadro 13 – Composição da Dívida Total das Operações Orçamentais

<b>1. Dívidas de M/L prazo</b>	<b>2.427.570,73€</b>
<b>2. Dívidas a Curto Prazo</b>	<b>443.912,13€</b>
<b>3. Dívidas Não Orçamentais</b>	<b>516.489,49€</b>
<b>4. Dívida Total de Operações Orçamentais (1+2-3)</b>	<b>2.354.993,37€</b>

### Quadro 14 – Situação do Município face ao limite

<b>1. Dívida Total das Operações Orçamentais</b>	<b>2.354.993,37€</b>
<b>2. Contribuição das entidades SM, AM, SEL para a dívida total</b>	<b>113.249,07€</b>
<b>3. Dívida total a Considerar (1+2)</b>	<b>2.468.242,44€</b>
<b>4. Limite ao endividamento</b>	<b>5.583.625,82€</b>
<b>5. Margem face ao limite (4-3)</b>	<b>3.115.383,38€</b>

Da análise do endividamento líquido, podemos concluir que o Município cumpriu todas as disposições legais, ficando abaixo de todos os limites estabelecidos, ficando inclusive ainda com uma margem considerável como se pode comprovar pelos valores apresentados para recorrer à contratação de novas operações de financiamento.

### APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com a linha d) do ponto 13 do Decreto-Lei n.º 54 – A /99, de 22 de fevereiro, propõe-se que o Resultado Líquido do exercício, no valor de 1.776.266,14€, seja incorporado na conta 59 – Resultados Transitados e posteriormente constituída Reserva Legal de acordo com o ponto 2.7.3.4 e 5 do Decreto-Lei n.º 54 – A /99 de 22 de fevereiro.

Conta 571 – Reservas Legais (10%) - 177.626,61€